


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0012544-78.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **IVO GERALDO BELLOBRADYDIC**  
 Requerido: **Banco do Brasil S.A.**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

O autor almeja ao recebimento de indenização por danos morais porque teria permanecido em fila, em agência do réu, por espaço de tempo superior ao previsto em legislação municipal que rege o assunto.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, o pedido em tese é juridicamente possível e a mensuração de eventual indenização não diz respeito a aspecto formal que inviabilize sua apreciação.

Rejeito-a, pois.

No mérito, ainda que se admita que os fatos transcorreram da maneira descrita pelo autor, e mesmo que se isso implique o reconhecimento da má prestação de serviços pelo réu, reputo que daí não deriva a existência de danos morais passíveis de reparação.

É certo que a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causadas por condutas inadequadas de terceiros.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Entretanto, somente aquelas situações extraordinárias, realmente graves e que rendam ensejo a sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais.

No caso dos autos, os aborrecimentos, a irritação e mesmo a frustração do autor podem até ter sucedido, mas não são suficientes para gerar o direito à indenização por danos morais porque estão muito mais próximos dos entreveros que corriqueiramente acontecem.

**ANTÔNIO JEOVÁ SANTOS** anota que “*o mero incômodo, o enfado e desconforto de algumas circunstâncias que o homem médio tem de suportar em razão do viver cotidiano, não servem para a concessão de indenizações, ainda que o ofendido seja alguém em que a suscetibilidade aflore com facilidade*” (“Dano Moral Indenizável”, Ed. Lejus, 1997, p. 36).

A jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo caminha nessa mesma direção, inclusive especificamente quanto ao tema trazido à colação:

*“Indenização - Danos morais - Fila de caixa de instituição bancária - Demora no atendimento - Tempo de espera superior a 30 minutos - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Preliminar afastada - Dano moral não configurado - Mero dissabor - Ratificação do julgado - Artigo 252 do Regimento Interno do TJSP - Aplicabilidade - Sentença mantida - Recurso improvido.”* (TJ-SP, 16ª Câmara de Direito Privado, Apel. 9292596-85.2008, rel. Des. **CÂNDIDO ALEM**, j. 7.2.2012).

*“Prestação de serviços - Ação de indenização por danos morais - Serviços Bancários - Demora no atendimento além do limite de 30 minutos previstos em lei - Mero aborrecimento que não configura agressão à personalidade ou ofensa à dignidade - Sentença mantida - Recurso desprovido.”* (TJ-SP, 7ª Câmara de Direito Privado, Apel. 0018266-52.2010.8.26.0562, rel. Des. **MILTON CARVALHO**, j. 19.10.2011).

*“Indenização - Dano moral - Prestação de serviços bancários - Cliente que aguardou mais de 30 minutos na fila de espera - Inobservância de atitude imprópria pela instituição financeira - Inexistência de nexo de causalidade entre o alegado ato ilícito e a demora no atendimento de cliente - Impossibilidade de reconhecimento, do dano moral sofrido - Recurso não provido* (TJ-SP, 13ª Câmara de Direito Privado, Apel. 990.10.088864-1, rel. Des. Rei **HERALDO DE OLIVEIRA**, j. 07/04/10).

Nem se diga que a existência de legislação municipal disciplinando o assunto alteraria essa conclusão, porquanto isso poderia render ensejo a multa de natureza administrativa, circunscrevendo-se a esse âmbito a penalidade

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

porventura a ser aplicada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 24 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**